

## *O Exército (Guarnição do Rio de Janeiro) No dia 15 de Novembro de 1889*

Gen Bda EPAMINONDAS FERRAZ DA CUNHA

1. No início do ano de 1889, a guarnição da Côrte — no que tange às forças terrestres — era constituída de seis Batalhões de Infantaria, dois Regimentos, sendo um de Artilharia e outro de Cavalaria, e um Batalhão de Engenheiros. No Arsenal de Guerra (atual Museu Histórico) havia uma Companhia de Aprendizes Artífices, e na Fortaleza de São João, uma Companhia de Depósito de Aprendizes Artilheiros; na Praia Vermelha, aquartelava-se a Escola Militar, e em São Cristóvão, a Escola Superior de Guerra.

2. Dos seis Batalhões de Infantaria, três haviam sido criados no ano anterior, e seus efetivos, em grande parte, originavam-se dos outros três.

Os 1.º, 7.º e 10.º BI eram Batalhões que tinham “parada” no Rio de Janeiro havia muitos anos. Constituíam-se de oito Companhias, organização condenada pelo Brigadeiro Severiano Martins da Fonseca — irmão de Deodoro — que em 1881, ao tratar da reorganização do Exército, assim se expressou sobre o assunto:

“... Possuímos 21 batalhões de infantaria, com oito companhias cada um, isto é, cada um dos nossos batalhões de infantaria tem oito unidades orgânicas, oito unidades de combate, porquanto somente a companhia é a maior fração de tropa de organização permanente que pode, em ordem dispersa, ser dirigida diretamente por seu chefe habitual; demais é por companhias que as unidades táticas se empenham em luta...”

Severiano achava demasiado o número de “unidades de combate” subordinadas à imediata ação de comando de um único chefe e diz:

“... as ordens somente poderão ser claras, os objetivos bem determinados, as missões das unidades de combate bem discriminadas, quando o superior só tem de dirigir-se a reduzido número de subordinados imediatos...”

Isto porque,

"... as faculdades humanas não vão além de certos limites, e já não é pequena a tarefa de coordenar criteriosamente, e a propósito, os esforços, a ação e a intervenção de quatro unidades orgânicas,"

Dai, propor Severiano:

"... à semelhança do adotado em tôdas as nações militares, e constituídos por "corpos de infantaria" que não deveriam ter mais de quatro companhias e, dois destes, com um só estado-maior e menor, que se formassem os regimentos de infantaria em número de vinte".

Sete anos haviam de decorrer para que fôsse concretizada a opinião de Severiano da Fonseca, quanto à redução do número de Companhias por Batalhão. Porém, somente vinte e sete anos depois surgiram os Regimentos de Infantaria, criados por outro Fonseca, sobrinho daquele: o Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca.

3. Com os efetivos das Companhias extintas dos 1.º, 7.º e 10.º Batalhões de Infantaria, são organizados os 22.º, 23.º e 24.º BI, também com sede na Córte.

Os Regimentos eram o 2.º de Artilharia a Cavalo e o 1.º de Cavalaria. Aquartelavam-se ambos em São Cristóvão (área do atual CPOR), em casernas contíguas, no local do antigo curtume que fôra adquirido, juntamente com um palacete fronteiro (área do atual Batalhão de Guardas), do grande Barão de Mauá. Nesse palacete estava instalada a Escola Superior de Guerra.

Quanto ao Batalhão de Engenheiros, estacionava em Realengo, após ter tido como caserna, por muito tempo, o imóvel da Escola Militar da Praia Vermelha.

4. Como vimos, ao iniciar-se o ano da proclamação da República, o Rio contava com seis Batalhões de Infantaria. Entretanto, ao lermos os relatos sobre a revolução do "15 de Novembro", verificamos que a tropa conduzida, de primeiro por Benjamim, e depois por Deodoro, para a luta no Campo da Aclamação, se constituía, tão somente, de Cavalaria e Artilharia. Contava, certamente, com o apoio irrestrito e entusiástico da mocidade da Escola Militar da Praia Vermelha; mas, dela estava distante, separada por toda uma cidade de traçado colonial, em cuja área central se localizavam as forças do governo — Marinha, Exército, Bombeiros e Polícia — de efetivo superior ao dos revolucionários.

Onde e com quem estavam aquêles seis Batalhões de Infantaria existentes no início de 1889, no Rio de Janeiro?

Na verdade, na noite de 14 para 15 de novembro de 1889, somente três daqueles Batalhões estavam em condições de — no Rio — atuarem contra o governo imperial ou a favor dele. Eram eles os “velhos” 1.º, 7.º e 10.º BI. Os 22.º e 23.º BI estavam fora do Rio, e o 24.º, embora na Côrte, estava praticamente imobilizado, como veremos adiante.

Comecemos pelo destino dos 22.º e 23.º BI.

5. Do exílio, para onde seguiu após a queda do Império, diria mais tarde o Visconde de Ouro Preto, presidente do último Conselho de Ministros Pedro II:

“... exigindo as conveniências do serviço público, que destacasse um dos corpos da guarnição do Rio de Janeiro para a longínqua provincia do Amazonas, em poucos dias para ali embarcou o batalhão de Infantaria n.º 22.”

O 22.º BI embarcou:

“... sem embargo dos boatos espalhados de que desobedeceria à ordem de marcha e dos conselhos e provocações, que para isso recebeu da imprensa oposicionista”.

Cumprindo a Portaria de 4 de novembro de 1889, o Batalhão seguiu para o norte. Dias depois, a 16, o Ministro da Guerra da novel República deu ordem para que a unidade desembarcasse do vapor “Maranhão”, em Recife, de onde regressaria ao Rio, a 2 de janeiro de 1890, aquartelando na Escola Militar.

6. A saída do 22.º BI, que no entender dos republicanos teria sido uma manobra de “esvaziamento” da guarnição da Côrte, não foi, porém, a primeira retirada de tropa do Rio, no ano de 1889.

Embora a referida portaria de 4 de novembro transferisse o 23.º BI para a cidade de Ouro Preto (então capital de Minas Gerais), na verdade, desde junho desse ano lá se encontrava uma ala do Batalhão.

A ida dessa ala devia-se — pelo menos como pretexto ostensivo do governo imperial — ao fato de se tornar necessário retirar o 9.º RC daquela Capital, face ao ânimo inamistoso da tropa com a fôrça policial mineira.

A oficialidade do “23” era — com o seu comandante, o Coronel Estevão Ferraz — visivelmente favorável a Deodoro, que vinha do seu “destêrro” em Mato Grosso, onde comandara tropas em observação na fronteira. Também o fiscal da unidade (o subcomandante) era um ardoroso deodorista, o então Major Antonio Carlos da Silva Piragibe, que mais tarde participou da revolta de 93, contra Floriano.

Sobre este deslocamento do 23.º BI para a capital de Minas, diz Ouro Preto:

“Assim é que, sendo preciso, em consequência de conflitos travados na capital de Minas entre praças do 9.º Regimento de Cavalaria e as de Policia da provincia, substituir aquêle corpo, seguiu para all, dentro de quatro horas após a recepção das primeiras noticias, nova guarnição sem a menor relutância, retirando-se a antiga na melhor ordem e regularidade”.

Se o motivo oculto que impulsionou o Visconde de Ouro Preto a trazer para o Rio o 9.º RC foi o de proceder a uma rocada no tabuleiro do xadrez politico, a jogada foi inútil. O 9.º RC — a tórre que foi deslocada para junto do rei (no caso, o Imperador) — não deu a este a cobertura desejada. Ao contrário, colaborou para o xequemate republicano.

7. E o 24.º BI? Por que dissemos que estava praticamente imobilizado?

Não encontramos a ordem de deslocamento da unidade para a ilha de Bom Jesus, na Baía da Guanabara, onde estava o Asilo dos Inválidos da Pátria. O certo, porém, é que o Batalhão ali se encontrava desde 4 de outubro de 1889, conforme verificamos nas alterações de seu comandante.

A ilha de Bom Jesus está, hoje, ligada ao continente pela ponte da ilha do Fundão, à qual já se integrou após os aterros realizados. Em 1889, entretanto, o deslocamento de um Batalhão que ali estacionasse exigiria lanchas e batelões, difíceis de serem obtidos em uma madrugada dramática como a de “15”. O 24.º BI estava, assim “ilhado”.

8. Vejamos, agora, onde estavam os 1.º, 7.º e 10.º BI.

Os 1.º e 10.º BI aquartelavam-se no velho casarão do Campo da Aclamação, que abrigava a Secretaria de Estado da Guerra e outras repartições.

Na noite de 14 para 15, o 1.º BI estava de serviço de guarnição. Equivale a dizer que seu efetivo se encontrava disperso pelas várias guardas de edificios públicos e estabelecimentos militares, restando no interior do Quartel-General, somente 40 praças.

O 10º BI estava nesse quartel e aguardava ordens; o 7º BI, cuja caserna se situava no convento de Santo Antônio, no alto do morro do mesmo nome e à retaguarda do claustro, também se encontrava na expectativa de ser empregado.

Para que se possa melhor avaliar o estado de espírito dos elementos dos 1.º e 7.º BI, na noite em que se decide o destino do Brasil, temos de considerar que ambos os Batalhões haviam regressado, há pouco, de Mato Grosso, onde integraram a Brigada que, sob o comando de Deodoro, saíra do Rio para cobrir nossas fronteiras com a Bolívia e Paraguai, cujas relações andavam estremeçadas. Tudo indica que da permanência com Deodoro por alguns meses na província distante, resultou uma profunda admiração por parte da tropa para com o bravo alagoano.

Quanto ao 10.º BI, não tivemos informações de que seus homens estivessem solidários com a revolução que se preparava. A sua atitude, porém, no desenrolar dos fatos ocorridos no dia 15, permite-nos admitir a existência de simpatia pela causa, em suas fileiras.

9. O 7.º BI — este sim! — temos razões bastantes para considerá-lo ligado fortemente aos conjurados.

Na reunião de 3 de novembro, realizada na casa do Major Frederico Solon Sampaio Ribeiro, comandante do 1.º RC, estão oficiais do 7.º que asseguram aos presentes poderem estes contar com a sua unidade. São eles os Capitães Carlos Olímpio Ferraz — mais tarde comandante do batalhão — e Manuel Joaquim Pereira.

A tarde e a noite de 14 são de preocupação para os homens do 7.º Fervem boatos de que tanto o 7.º BI como o 2.º RACav estão com ordens de embarque. Para onde? Não se sabe.

Lá para as tantas da noite, ouve-se o tropel de cavalos. São dois oficiais que nem bem desmontam dos animais cansados do galope, buscam, ansiosos, falar com o Capitão Carlos Olímpio Ferraz. Um dos cavaleiros diz a Ferraz que estão vindo de São Cristóvão a fim de trazer a nova do levante da 2.ª Brigada aos companheiros da Marinha, no Clube Naval (então, no largo do Rocío — atual praça Tiradentes) e depois, aos camaradas do 7.º.

Os mensageiros são dois homens que deixarão seus nomes gravados com honra na história do Exército e da Pátria: Rondon e Tasso Fragoso.

10. Afinal, no amanhecer de 15 de novembro, surge a coluna revolucionária vinda de São Cristóvão e constituída da 2.ª Brigada (2.º RACav, 1.º e 9.º RC) e dos oficiais-alunos da Escola Superior de Guerra. Trazem 16 canhões e, à guisa de infantaria, a tropa do 9.º RC a pé, armada de clavinotes. Esclareça-se que o 9.º RC, ao vir de Minas, passa a compartilhar o aquartelamento do 1.º RC.

A frente da coluna marcha o 1.º RC; em seguida vem a oficialidade da Escola Superior de Guerra que se transforma em guarda de honra da pessoa de Benjamim Constant. Após esta guarda, rolam, lentas, as 16 peças, protegidas pelos homens a pé, do 9.º RC. Na reta-

guarda, uma carroça de munição, e sôbre os armões, cunhetes de munição de infantaria para serem distribuídos aos alunos da Escola Militar.

Na altura do gasômetro do aterrado do Mangue — actual Companhia Estadual de Gás — dá-se o encontro da coluna com Deodoro, que chega em uma carruagem e monta a cavalo, a despeito do seu estado de saúde. Já agora, sob o comando do futuro proclamador da República, a coluna retoma o movimento.

11. Pela meia-noite, o Visconde de Ouro Preto encontra-se no Arsenal de Marinha (então, no continente), de onde manda chamar o Inspetor do Arsenal de Guerra (actual Museu Histórico) e lhe ordena que ponha o Arsenal em estado de defesa a fim de repelir qualquer tentativa de assalto.

O Coronel Augusto Fausto de Souza, o Diretor do Arsenal, a quem Ouro Preto cita como o "Coronel Fausto", diz ao Presidente do Conselho que é indeclinável a necessidade de ser ocupado o morro do Castelo por tropa do governo, porque, se os revolucionários dêle se apoderarem, será impossível sustentar-se o Arsenal.

Com a chegada do Visconde de Maracaju ao Arsenal de Marinha, Ouro Preto dá-lhe ciência do pedido do Diretor do Arsenal de Guerra. O Ministro da Guerra, tão logo regressa ao Quartel-General, cerca de três horas da madrugada de 15, providencia para que o 7.º BI, aquartelado no morro de Santo Antônio, destaque uma Companhia para ocupar os altos do morro do Castelo, enquanto o restante da unidade deveria vir para o referido Quartel-General.

12. Podemos deduzir, pela ordem dada por Maracaju, quão frágil era a situação do governo imperial. A informação que Rondon nos revela em suas "Memórias", sôbre a sua ida ao 7.º BI naquela memorável noite, levando o aviso dos revolucionários —, bem nos permite avallar como o Arsenal já estava indefensável com a ocupação do Castelo pelos elementos do 7.º. Mas, disso, Ouro Preto não sabia.

Defendendo-se das acusações de Ouro Preto, assim diz Maracaju:

"Diz o Sr. Visconde de Ouro Preto que notou ali (no Quartel-General) a falta de preparativos para a resistência, o que admira, pois, quando S. Ex.<sup>a</sup> chegou estavam-se reunindo no pátio dos quartéis do Campo da Aclamação ..... o 7.º da mesma arma, com 120 praças, por ter eu mandado uma companhia ocupar o morro do Castelo..."

Estranhamos o efetivo dado pelo Visconde de Maracaju ao 7.º; achamos muito pouco 120 homens do batalhão (— 1 Cia) no pátio do Quartel-General. Se considerarmos que uma companhia estava no

Castelo e que restavam somente 120 homens naquele Quartel-General, temos de concluir que o efetivo existente no batalhão era de 160 homens, face à constituição quaternária da unidade. O "mapa geral da força" do Relatório ministerial de 1889, entretanto, atesta que o 7.º BI contava a 1.º de janeiro daquele ano, com 367 homens.

13. Maracaju diz que providenciou a vinda do 1.º Batalhão de Engenheiros, que se achava "no Campo Grande". Por outro lado, o Coronel Pêgo fôra à Fortaleza de Santa Cruz a fim de trazer o 1.º Batalhão de Artilharia de Posição. A idéia de Maracaju era a de prover a força do governo com a artilharia necessária para enfrentar a dos revolucionários, que monopolizavam os canhões de campanha existentes na tropa da Côrte. Com os elementos do 1.º Batalhão de Artilharia daquela fortaleza, contava Maracaju organizar uma tropa que se assemelhasse a um regimento de artilharia, utilizando para isso onze bôcas-de-fogo Krupp e seis Whith-worth que se achavam depositadas no Arsenal de Guerra.

Vemos, novamente, como seria vã a tentativa de o governo organizar êste apoio de artilharia, estando no alto do Castelo a companhia do 7.º BI, em posição de impedir que os homens do 1.º Batalhão de Artilharia de Posição desembarcassem no cais do Arsenal e se apoderassem de tão precioso material.

Outra ordem dada por Ouro Preto a Maracaju foi a de mandar voltar para o continente o 24.º BI, destacado para a ilha de Bom Jesus havia pouco tempo. Agora, porém, é tarde para que a unidade venha a ajudar o governo imperial... Talvez mesmo seus homens não tenham nenhuma vontade de prestar essa ajuda. Talvez sua fé e seu entusiasmo estejam com a causa dos camaradas da 2.ª Brigada. Segundo Maracaju, um destacamento do "24.º" estaria na Escola Militar e com esta viria para o Campo. Já Ernesto Sena assinalava a presença junto aos alunos, de praças do Batalhão de Engenheiros. Êste Batalhão, entretanto, estava no Realengo, como o "24.º" na ilha do Bom Jesus.

Também é dada a ordem para que cêrca de 100 homens da Companhia Depósito de Aprendizizes Artilheiros da Fortaleza de São João, sejam mandados vir para o Quartel-General; quanto aos menores artifices da Companhia do Arsenal de Guerra, diz Ouro Preto que determinara fôsem mandados para as suas casas os que tivessem família, e acautelados os demais no interior do Arsenal. Mais uma vez Ernesto Sena dá-nos informação que contraria a prestada por Ouro Preto. Diz êle que êstes menores também foram mandados armar.

Enquanto em um movimento de pinça, a coluna da 2.ª Brigada se aproxima do campo da Aclamação e a Escola Militar se desloca para o centro da cidade, são reunidas no Quartel-General tropas da Marinha, do Corpo de Polícia e os Bombeiros, forças estas que se juntam aos elementos dos 1.º e 7.º BI.

14. O 10.º BI recebe ordens do Ministro da Guerra para marchar para a Lapa a fim de barrar a Escola Militar, que por ali passaria obrigatoriamente. Ouro Preto reage à ordem dada pelo Ministro; e, ao ver a tropa do 10.º BI afastar-se do Quartel, diz a Maracaju:

“— Mas, contestei, estas últimas forças (as que vinham de S. Cristóvão) estão mais próximas, avizinham-se são as de que mais há a temer e V. Ex.<sup>a</sup> permite que exatamente o batalhão, que me disseram ser o de maior confiança, deixe o posto de perigo?! Pois aí vêm contra nós artilharia e cavalaria e manda-se essa tropa ao encontro dos meninos da Praia Vermelha?!...”

As respostas a essas perguntas de Ouro Preto são encontradas na farta literatura que detalha para a história pátria as cenas do memorável evento.

15. Os acontecimentos aceleram-se e afinal, após um reconhecimento do Campo por um piquete de cavalaria, a coluna da 2.<sup>a</sup> Brigada desemboca no logradouro.

Maracaju, o último ministro da Guerra do Império, diz melancolicamente:

“... Não tendo chegado o 1.º de Engenheiros nem o 1.º de Artilharia com as dezesseis bôcas-de-fogo, nem o Corpo de Polícia de Niterói, nem o 24.º de Infantaria, que estava na ilha de Bom Jesus, nem o reforço da Marinha, frustrados todos os meios para a resistência, por terem a Brigada provisória e o 10.º de Infantaria confraternizado com a 2.<sup>a</sup> Brigada e com o corpo de alunos da Escola Militar, colocou-se o Sr. Marechal-de-Campo Deodoro, que estava à frente de dois mil homens, mais ou menos, diante da Secretaria da Guerra, com 16 bôcas-de-fogo Krupp, estendidas em linha de batalha, bem como a infantaria e cavalaria, sabendo eu nessa ocasião que fôra ferido o meu colega e amigo Sr. Barão de Ladário.”

16. De fato, Maracaju organizara uma Brigada provisória com a Polícia Militar do Rio, os Imperiais Marinheiros e os Fuzileiros Navais, cujo comando entregara ao Brigadeiro Almeida Barreto. Este, porém, levou sua tropa de pronto, para o lado de Deodoro.

Ao 10.º BI fôra mandado cortar a passagem da Escola Militar na altura da Lapa. Os alunos teriam tomado os bondes da Companhia Jardim Botânico, em Botafogo, pois somente a 26 de junho do ano seguinte seriam estendidas as linhas até o portão do baluarte da Escola, na Praia Vermelha.

Deixando os bondes (de tração animal) na altura do antigo mercado — no sopé do Outeiro da Glória e próximo ao relógio — os alunos

tiveram notícia de que Deodoro havia chegado ao Campo. Deslocaram-se, então, para a Lapa, onde, estendido em linha junto ao Passeio Público, aguardava-os o 10.º BI.

Ocorre, entretanto, que este Batalhão já vacilava em continuar na defesa do Império. Ao que conta Ernesto Sena, havia passado pela Lapa, rumo à Escola, o 2.º sargento-cadete Raymundo Gonçalves de Abreu Filho, do 1.º RC, que deixara o Campo com o objetivo de acelerar a vinda da Escola. Interpelado pelo Comandante do 10.º BI, disse-lhe que a República já fôra proclamada por Deodoro. O "Cadete Abreu", como era chamado o ardoroso republicano, um dos signatários do "pacto de sangue" da 2.ª Brigada em solidariedade a Benjamim —, com este ardil talvez tenha concorrido para a decisão do comandante do 10.º BI de voltar com sua unidade ao Campo.

Posta em marcha, a Escola Militar chega ao Campo da Aclamação sem dificuldades, quase juntamente com o 10.º BI, quando Deodoro já se encontra no interior do Quartel e a adesão da tropa lá existente é fato consumado.

17. Deodoro irrompe pelo portão do Quartel-General que lhe fôra aberto por elementos do 1º BI pouco depois das 9 horas da manhã.

Ao passar pelo 7.º BI, manda tocar a banda:

"... Um valente Capitão desse corpo deu um viva ao General, viva que foi correspondido por toda a tropa que se achava dentro do quartel, à qual o General passou revista, recebendo as ordens inerentes a seu posto."

... O mago fizera a magia; agora, que não se quebrasse o encanto até que o pano baixasse sobre a cena derradeira...

Felizmente para o Brasil, o encanto perdurou o tempo necessário... e a República Federativa foi "proclamada provisoriamente", conforme atestou, para a história, o artigo 1.º, do Decreto n.º 1, de 15 de novembro de 1889.

### BIBLIOGRAFIA

- O EXERCITO BRASILEIRO — Cel. Jonathas da Costa Rego Monteiro — Edição da Biblioteca Militar;
- HISTORIA DOS BONDRES NO RIO DE JANEIRO — C.J. Dunlop — Vol II — Edição 1953 — Laemmert — Rio;
- A VERDADE HISTÓRICA SOBRE O 15 DE NOVEMBRO — Leôncio Corrêa — Edição 1939 — Imprensa Nacional;
- ADVENTO DA DITADURA MILITAR NO BRASIL — Visconde de Ouro Preto — Edição 1891 — Imprimerie F. Pichon — Paris;
- DEODORO — Subsídios para a História — Notas de um repórter — Ernesto Sena — Edição 1913 — Imprensa Nacional;
- MEMORIAS — Marechal Cândido Mariano Rondon
- ORDENS DO DIA DA REPARTIÇÃO DE AJUDANTE-GENERAL
- RELATORIOS DOS MINISTROS DA GUERRA